

Comunicar para existir: a prática de relações públicas como instrumento de disputa narrativa e emancipação nos movimentos sociais brasileiros¹

Helena Bitencourt BARRERAS²

Ricardo Fernando Ferreira Lessa FILHO³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

Resumo

A comunicação social sempre foi explorada e instrumentalizada como ferramenta de difusão de massa, potencializando a abrangência de ideias e agendando pautas comunicacionais. Na sociedade polarizada que caracteriza em parte as relações da sociedade brasileira, cada vez mais o uso da comunicação para a promoção de desinformação interessada prejudica o espaço designado para que determinados grupos possam existir, além de aumentar assimetrias de influência e participação. Diante disso, o estudo se orienta pelo seguinte questionamento: como as relações públicas, seus instrumentos, meios e produtos, podem servir estrategicamente às legítimas demandas de autonomia, participação, reconhecimento para grupos socialmente frágeis ou minoritários?

Palavras-chave: Direitos humanos; relações públicas; comunicação dialógica; movimentos sociais; sociedade.

Introdução e referenciais teóricos

A partir do problema de pesquisa colocado, cumpre destacar a interseção entre comunicação e movimentos sociais, a perspectiva da comunicação dialógica freireana e as relações públicas, e a abordagem da comunicação como direito humano. Sobre essas trilhas conceituais (Peruzzo, 2008; Costa, 2015; Freire, 1983; Moriceau, 2019), é indispensável referir que a comunicação social possui como uma de suas vertentes a comunicação comunitária⁴, denominação alternativa para os movimentos sociais populares e organizações sem fins lucrativos, pautadas pela missão de dar voz aos vulnerabilizados e desfavorecidos.

¹ Trabalho apresentado de forma remota no Espaço Graduação, atividade integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Estudante de graduação do 3º Semestre do Curso de Relações Públicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, FABICO - helenabarrerasufrgs@gmail.com

³ Orientador do trabalho, professor doutor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, FABICO - ricardolessafilho@hotmail.com

⁴ Segundo Peruzzo (2009), desde o final do século passado passou-se a empregar mais sistematicamente, no Brasil, a expressão “comunicação comunitária” para designar um tipo de comunicação popular no seu sentido menos politizado.

Dessa forma, ela atua não apenas como um megafone para suas demandas, mas como uma ferramenta estratégica de empoderamento. Além disso, a comunicação popular⁵ é utilizada como alicerce para garantir maior participação e estabilidade de determinadas organizações de base dentro do contexto social, visando garantir sempre um espaço na mídia e, como consequência, utilizando-se desta visibilidade para aumentar o engajamento e legitimidade da organização. Com a pulverização de meios e veículos midiáticos e o novo papel dos usuários no ambiente online, capazes de produzir, circular e ressignificar conteúdo, os espaços de agendamento de pautas tornam-se mais amplos, fragmentando o foco da audiência, mas enriquecendo o leque de temas em discussão. Nessa ideia, a participação de indivíduos que não são abrangidos pelo sistema dos movimentos sociais faz-se tão importante quanto a participação comunicacional daqueles que são beneficiados diretamente, como ressalta Peruzzo (2008, p. 2) “Neste sentido são reconhecidos como válidos tanto os produtos de comunicação produzidos dentro dos movimentos, como aqueles feitos fora, mas que de algum modo contribuem no processo de conscientização e ação.”

Na lógica da dinâmica comunicacional, os movimentos sociais encontram nas relações públicas uma grande aliada quando se diz respeito ao controle, ainda que mínimo, sobre o debate público. Essa disputa de sentidos⁶ passa a ser mais equilibrada a partir do momento que essas instituições sociais passam a ter um controle sobre o agendamento da pauta que a envolve. Ainda que a discussão dependa de forma inerente ao receptor, a mensagem e sua origem desempenham papel fundamental no entendimento do ouvinte através de uma contextualização mais concreta.

Os significados são transformados em sentidos em movimento pela ação dos sujeitos em processos comunicacionais. Esses sentidos são disputados e (re)construídos/transformados pelos sujeitos a partir de seus próprios lugares de fala (psíquico-histórico-sócio-culturais, competências [linguísticas e fisiológicas etc.], repertório e contexto estrutural e ecossistêmico) e, novamente, internalizados pelos interlocutores como significados (porém não mais serão os mesmos, mesmo que muito semelhantes). Os significados, em algum nível, foram desorganizados e reorganizados no/pelo processo comunicacional pois que se trata de relação dialógico-recursiva. (Baldiçera, 2009, p. 4)

⁵ Segundo Peruzzo (2009) tratar-se de uma forma de expressão de segmentos empobrecidos da população, mas em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social.

⁶ Termo cunhado por Rudimar Baldiçera (2008, 2009): onde sujeitos produzirão suas próprias perspectivas e reações a partir desse novo contexto e, à medida em que os sentidos são postos em relação, há o que chamamos de disputa. O autor propõe que a comunicação não é apenas uma transmissão de informações, mas um processo dinâmico de construção e disputa de sentidos que ocorre tanto em fluxos planejados quanto em interações informais e espontâneas.

Essa ferramenta permite, portanto, a transição de um papel passivo para uma posição de protagonismo na construção da opinião pública, moldando a percepção social em torno de suas causas. Dentro do contexto de movimentos sociais, as relações públicas podem ser encontradas de diferentes formas; em primeiro lugar, é importante reconhecer que são consideradas relações públicas todo e qualquer princípio comunicativo onde o objeto de estudo é o relacionamento dos autores com os seus públicos e com o conjunto da sociedade⁷ (*apud* Dantas, 2016, p. 3). Em segundo lugar, também é objeto de estudo de RP a forma na qual esse relacionamento se dinamiza e se sofisticava, partindo de um pressuposto mais estratégico (Ferrari, 2003).

Nesta reflexão, como já referido, busca-se a aproximação das relações públicas com o Modelo de Comunicação Dialógica, idealizado pelo pedagogo Paulo Freire com a finalidade de analisar as relações comunicativas da América Latina para além de uma comunicação de massa, enfatizando a comunicação humana. O seu embasamento fundamentado no princípio da educação conversa diretamente com a abordagem social que os movimentos sociais devem procurar para inserir-se.

Conforme alerta Jean-Luc Moriceau em “Comunicação e Direitos Humanos” (2019, p. 37), mesmo nas práticas mais bem-intencionadas, a comunicação – bem como as Relações Públicas – pode incorrer em uma armadilha crucial: a de “falar de” ou “falar por” comunidades minoritárias, sem de fato estabelecer um diálogo autêntico para “falar com” elas. Essa postura, ao substituir a escuta genuína por um monólogo institucional, acaba por proteger a organização do desconforto de ter que confrontar e integrar outras perspectivas, esvaziando assim o potencial transformador da comunicação.

Em relação a como as relações públicas podem servir estrategicamente às legítimas demandas de autonomia para grupos socialmente frágeis ou minoritários é necessário, portanto, estabelecer de forma conjunta ao objetivo essencial da comunicação uma relação de equilíbrio entre as relações profissionais e humanas, garantindo que sejam pessoas que estejam ganhando visibilidade muito mais do que uma instituição. Do ponto de vista da concepção da comunicação como direito humano, é fundamental compreender que a área comunicacional está profundamente atrelada ao exercício da garantia da comunicação como

⁷ Termo cunhado por W. Emerson Reck na obra intitulada “Public Relations”, citado por José Guibson Delgado Dantas no artigo “O que é, afinal, Relações Públicas?”, Intercom, 2016.

um direito. Nesse contexto, para muito além de uma articulação profissional e organizacional, as Relações Públicas desempenham papel na democratização do acesso à mídia, possibilitando que todos os sujeitos possam exercer o direito de serem ouvidos; sem discriminação, exclusão ou manipulação, articulando-se como exercício coletivo focado na emancipação de grupos socialmente isolados. Complementando essa perspectiva, as estratégias de relações públicas, quando orientadas por essa ética, tornam-se ferramentas de construção de uma esfera pública verdadeiramente plural e representativa.

Metodologia

A escolha metodológica para este estudo é de revisão bibliográfica com coleta e discussão das principais contribuições teóricas sobre o tema, construindo uma síntese do conhecimento já acumulado. Para tanto, foram utilizados sites de busca, como Google Acadêmico e SciELO, com pesquisa das palavras-chave: direitos humanos, comunicação dialógica, relações públicas, movimentos sociais, democratização comunicacional, sociedade.

Contribuições de estudo e conclusão

Como contribuição deste estudo está o mapeamento das contribuições teóricas que revelam o quanto a comunicação é ferramenta essencial para a construção de imagem pública, podendo ser estruturada para dialogar de forma eficiente e equilibrada com os interesses coletivos e privados. Os movimentos sociais, por protagonizarem uma discussão controversa, têm nas relações públicas uma grande aliada capaz de assegurar mais recursos e abranger mais pessoas que se beneficiam com as organizações.

Conclui-se então que a comunicação social desempenha um papel crucial na garantia de direitos humanos e no exercício da cidadania. Diante dessa ideia, faz-se essencial trabalhar com os recursos oferecidos pela discussão na esfera pública para que os movimentos sociais possam adequar-se às mais diversas formas de diálogo e, desta maneira, possam garantir estabilidade no espaço em que ocupam, além de, como resultado, expandir-se para outras órbitas além das usuais até agora exploradas. Ainda para o campo de estudos em RP, fica evidenciada a posição de pilar estratégico e a necessidade de oferta metodológica capaz de transformar pautas complexas em narrativas acessíveis e mobilizadoras.

Referências

BALDISSERA, Rudimar. Comunicação organizacional: uma reflexão possível a partir do paradigma da complexidade. In OLIVEIRA, Ivone de L.; SOARES, Ana Thereza N.(orgs). Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008.

BALDISSERA, Rudimar. Reflexões sobre Comunicação Organizacional e Relações Públicas: Tensões, Encontros e Distanciamentos. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28 Mai 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/r4-1906-1.pdf>. Acesso em: 04 Abr 2026.

COSTA, Priscilla. A COMUNICAÇÃO DIALÓGICA E AS RELAÇÕES PÚBLICAS. Cambiassu: Estudos em Comunicação, v. 15, n. 17, 23 Dez 2015 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cambiassu/article/view/4305>. Acesso em: 25 de Set. 2025.

DANTAS, José Guibson Delgado. O que é, afinal, Relações Públicas?. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 28 Mai 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-0627-1.pdf>. Acesso em: 04 Abr 2026.

FERRARI, Maria Aparecida. RELAÇÕES PÚBLICAS E A SUA FUNÇÃO ESTRATÉGICA Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 6 Set 2003. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/41936272833541242485601650067827915039.pdf>. Acesso em: 04 Abr 2026.

MORICEAU, Jean-Luc. A Comunicação Organizacional e os direitos do outro homem. In: MARQUES, Ângela. Comunicação e Direitos Humanos. Edição Pampulha, Minas Gerais: PPGCOM UFMG, 2019. p. 25 – 39. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/18265/2/Direitos_humanos_em_contexto_assdio_moral_e_assdio_moral_organizacional_em_debate.pdf. Acesso em: 09 de Out. 2025

PERUZZO, Cicilia. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. 2009. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/viewFile/947/887. Acesso em: 23 de Set. 2025

PERUZZO, Cicilia. Relações Públicas nos Movimentos Sociais e “Comunidades”: princípios, estratégias e atividades. 2008. Disponível em: https://www.abrapcorp2.org.br/anais2008/gt5_krohling.pdf. Acesso em: 23 de Set. 2025